

economia

Proposta de socorro às aéreas soma R\$ 4 bi

Sem afetar meta fiscal, previsão é de que os empréstimos para companhias sejam operacionalizados pelo BNDES

/ AVIAÇÃO

O governo enviou ao Congresso a proposta que destina R\$ 4 bilhões em recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac), em socorro financeiro às empresas aéreas. O montante é R\$ 2 bilhões menor do que o valor que chegou a ser anunciado pelo Ministério de Portos e Aeroportos. Até o final de setembro, a Pasta dizia que o fundo contaria com R\$ 6 bilhões.

A engenharia para atender as companhias de aviação foi aprovada em agosto pelos parlamentares e sancionada em setembro pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. A previsão é de que os empréstimos sejam operacionalizados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

No Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN), o governo explica que a abertura não afeta a meta fiscal para 2024, que prevê



RAFA NEDDERMEYER/AGÊNCIA BRASIL/JC

Expectativa é encerrar período de crise nas operações domésticas

zerar o déficit primário, uma vez que os R\$ 4 bilhões são classificados como suplementação de despesas financeiras. Sendo assim, o montante também não é calculado no limite das despesas primárias. “No que tange aos limites individualizados para as despesas primárias, vale mencionar que o crédito em questão está de acordo com o art. 3º da

Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, por não ampliar as dotações orçamentárias sujeitas aos mencionados limites, salientando que parte do crédito, no valor de R\$ 4 bilhões, se refere à suplementação de despesas financeiras, não contabilizadas no cálculo dos referidos limites”, diz a mensagem que acompanha a proposta.

A lei sancionada no último mês por Lula autoriza que os recursos do Fnac - que é um fundo financeiro - sejam usados “no apoio financeiro reembolsável mediante concessão de empréstimo” às empresas aéreas e no custeio e desenvolvimento de projetos de produção de combustíveis renováveis de aviação no País.

A expectativa do governo é de que a viabilização da tomada de financiamento pelas aéreas encerre uma etapa que, segundo defendem os representantes do setor, era a demanda mais urgente para contornar a crise das companhias de operação doméstica.

Com o fundo garantidor, elas poderão acessar linhas de crédito com taxas de juros baixas e com maior prazo de pagamento. Os recursos poderão ser utilizados, dentre outras possibilidades, para quitar dívidas, compra de novas aeronaves ou reforma da frota atual.

Será o Conselho Monetário

Nacional (CMN) que deverá estabelecer a taxa de juros diferenciada, as finalidades específicas, prazos de pagamento, comissões e demais condições para operacionalização das linhas de crédito.

O PLN enviado ao Congresso nesta semana também prevê um remanejamento de R\$ 31,2 milhões entre despesas primárias. Esses recursos devem viabilizar projetos do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Plano Amas - Amazônia: Segurança e Soberania), do Ministério dos Transportes (Postos de pesagem de cargas), e do Ministério de Portos e Aeroportos (construção de dolphins de proteção nos pilares da Ponte Newton Navarro sobre o Rio Potengi), além de atender operações Oficiais de crédito, com R\$ 480 mil, relativas à remissão de dívidas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf B) contratadas até 31 de dezembro de 2004.

Banqueiros sugerem a Lula alternativa ao aumento de impostos para empresas

/ TRIBUTOS

Dirigentes de bancos privados e da Febraban (Federação Brasileira de Bancos) sugeriram ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) que o governo busque solução alternativa ao aumento das alíquotas da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) e do JCP (Juros sobre Capital Próprio) das empresas. Em encontro com Lula, no Palácio do Planalto, os banqueiros alertaram que a majoração das alíquotas trará pressão no custo de crédito.

Lula afirmou que o desempenho da economia recebeu elogios dos representantes dos principais bancos do País, durante reunião realizada no dia anterior. Lula disse que a economia está “surpreen-

dendo o mercado”. Ele também voltou a defender os gastos com saúde e educação, enquanto sua equipe econômica discute um pacote de cortes para equilibrar as contas públicas.

Os executivos propuseram ao governo como solução o avanço nas negociações do novo programa de transação tributária, o PTI, para encerrar litígios com as empresas com valores elevados relacionados ao pagamento de tributos. As instituições financeiras sinalizaram que estão empenhadas em, de fato, buscar a PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional) para repactuar as dívidas tributárias. Elas têm apetite para aderir de forma significativa ao programa. Um levantamento está sendo feito sobre esse poten-

cial de repactuação dos litígios, segundo pessoas a par do tema. Na transação, o contribuinte negocia os termos do acordo para regularizar a sua situação fiscal e, dessa forma, acabar com o contencioso tributário.

O projeto que prevê o aumento da CSLL e do JCP foi enviado ao Congresso, no final de agosto, para o governo obter uma arrecadação adicional de R\$ 32,56 bilhões entre 2025 e 2027. Só no ano que vem, a equipe econômica conta com um incremento de R\$ 21,03 bilhões.

As instituições financeiras terão um aumento maior. Pelo projeto, a alíquota dos bancos CSLL subirá dois pontos percentuais, de 20% para 22%. As demais empresas terão a alíquota majorada em um ponto percentual, de 9% para

10%. A cobrança sobre as empresas de seguros privados e capitalização subirá de 15% para 16%.

O PTI foi criado por meio de

portaria do ministro Fernando Haddad (Fazenda) no mesmo dia do envio do projeto de lei orçamentária do ano que vem.



Presidente voltou a defender gastos com saúde e educação

Fiscalização de concessionárias de energia por prefeituras avança

/ ENERGIA

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que permite que prefeituras possam fiscalizar a atuação de concessionárias de energia elétrica. O texto segue para análise do Senado. A discussão do projeto ganhou força neste momento após

apagão de larga escala na Grande São Paulo. O projeto prevê que a União pode delegar a municípios, por meio de convênios de cooperação firmados, a atividade de fiscalização e controle da prestação dos serviços de distribuidoras de energia que atuam em seus respectivos municípios.

Durante a sessão, o relator,

Cleber Verde (MDB-MA), acatou emenda de plenário e incluiu no texto a permissão para que consórcios intermunicipais possam exercer a fiscalização de forma integrada. A deputada Adriana Ventura (Novo-SP) foi uma das poucas parlamentares que discutiu a matéria. Ela afirmou que é preciso descentralizar as tarefas

e que vê como positiva a iniciativa dos municípios atuarem na fiscalização, já que eles “são responsáveis por entregar os serviços na ponta”. “No nosso País, infelizmente, ninguém é responsável por nada. Temos estrutura inchada, centralizadora e que não resolve os problemas da ponta”, disse.

